



Com 21 projetos na pauta, Senado decide sobre *royalties*

José Cruz/Senado Federal



Moradores de Brasília e região foram surpreendidos na sexta-feira, por volta do meio-dia, pela formação de um halo solar, fenômeno óptico que deu um contorno especial ao

Sol. O halo é provocado pela refração da luz em cristais de gelo suspensos na atmosfera, formando um círculo ao redor do Sol. O fenômeno também pode ocorrer em torno da Lua cheia (halo lunar).

Impasse sobre a divisão de recursos provenientes da exploração do petróleo entre estados produtores e não produtores deve ter solução até quarta-feira

O Senado deve encerrar nesta semana o impasse sobre a partilha de recursos dos *royalties* do petróleo. Caso os senadores não fechem acordo em torno de substitutivo

aos 21 projetos sobre o assunto que tramitam em regime de urgência, será apreciado na quarta-feira o veto à chamada Emenda Ibsen, que beneficia estados não produtores. **3**

Governo apresenta sugestões para o novo Código Florestal **3**

Benefícios para ZPEs em áreas de fronteira **2**

Atividade de pai social pode ser aprovada **4**



Divulgação/Cabinete Senador Randolfe Rodrigues

Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues, à esquerda de Fernanda Abreu: prós e contras

No Rio, CPI do Ecad constata falta de consenso no meio artístico

Para a cantora Fernanda Abreu, o modelo de arrecadação de direitos autorais do órgão é caro e ineficaz. Já o presiden-

te da União Brasileira de Compositores, Fernando Brant, afirmou que o órgão é prejudicado pela falta de pagamento. **4**

Obra do Maracanã tem indícios de sobrepreço, diz procurador **4**

Pela proposta, as empresas que se instalarem em ZPEs das faixas de fronteira da região Norte poderão dobrar as vendas no mercado interno

Em análise, ampliação de benefícios para ZPEs nas fronteiras do Norte

DOIS PROJETOS RELATIVOS a zonas de processamento de exportação (ZPEs) constam da pauta de amanhã da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Um deles reduz para 60% o limite de receita bruta decorrente de exportação por empresas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da região Norte, enquanto o outro autoriza a criação de duas ZPEs no Piauí.

ZPE é um distrito industrial onde empresas operam com suspensão de impostos e liberdade cambial (não são obrigadas a converter em reais as divisas obtidas nas exportações), além de gozarem de procedimentos administrativos simplificados.



Jorge Viana

Pela Lei 11.508/07, só poderá se instalar com esses benefícios a empresa que assumir o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

Ao reduzir esse limite para 60%, o projeto (PLS 526/11) aumenta o limite da receita bruta com vendas no mercado interno de 20% para 40%.



Ciro Nogueira

A proposta é encabeçada pelo senador Jorge Viana (PT-AC). Já o PLS 468/11, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), autoriza o Executivo a instalar ZPEs nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Piauí.

Doris: mudanças mantêm SIS "saudável"

As mudanças no Sistema Integrado de Saúde (SIS) do Senado são "imperativas" e resultam de uma gestão responsável. Foi o que afirmou a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) em entrevista na sexta-feira:

Por que foi preciso mudar o SIS?

Todo sistema que envolve prestação de serviços à coletividade precisa ser permanentemente aperfeiçoado. Com o advento de novas tecnologias e de novos padrões de prestação de serviços médicos, somados a um envelhecimento natural do conjunto dos segurados, as mudanças no SIS tornaram-se imperativas. Não mudar seria um ato de irresponsabilidade e que seria cobrado severamente mais tarde pelos servidores.

É importante lembrar que as mudanças adotadas são transparentes e têm um único objetivo: manter um SIS saudável financeiramente, sem correr o risco de sofrer qualquer problema de continuidade.

Os aposentados vão pagar mais?

É claro que a atualização de valores alcançará todas as faixas etárias e, também, os aposentados. Mas, ao contrário do que ocorre em todos os planos privados, os aposentados não serão penalizados. Não seria justo que a conta do reajuste fosse jogada em suas costas. A proposta aprovada pela Comissão Diretora é justa quanto à composição de todos os segurados. Mais: as novas tabelas são imensamente favoráveis quando comparadas com outros planos, principalmente os particulares.

Nova tabela de contribuição

	0-18	19-22	23-26	27-30	31-34	35-38	39-42	43-46	47-50	51-54	55-58	≥59
Titular, cônjuge, companheiro(a)	112	112	115,36	119,84	125,44	132,16	141,12	151,20	162,40	174,72	189,28	224
Filho(a), enteado(a)	112	112	115,36	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mãe, pai, madrastra, padrasto	168	168	173,04	179,76	188,16	198,24	211,68	226,80	243,60	262,08	283,92	336
Irmão(ã) inválido(a)	168	168	173,04	179,76	188,16	198,24	211,68	226,80	243,60	262,08	283,92	336
Menor sob guarda judicial	168	168	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Pronunciamentos

14h A sessão, não deliberativa, é destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

CMO Seminários regionais

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminário regional, em Campo Grande, para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012-2015. Às 16h, reunião em Goiânia.

CRE Serviço militar

18h O general Luiz Eduardo Rocha Paiva é um dos convidados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o serviço militar obrigatório.

Terça-feira

Plenário PECs

12h Sessão extraordinária para discutir, em primeiro turno, as PECs 37/11, 38/11 e 42/11, sobre reforma política, e a 63/11, sobre pagamento de precatórios. Às 14h, sessão deliberativa.

Deficiência Relatório final

9h Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para apresentação do relatório final e exame de requerimentos.

Amazônia Fronteiras

9h Plano Estratégico de Fronteiras em debate na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

CDH Movimento social

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a criminalização dos movimentos sociais com a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Manuela D'Ávila, entre outros.

CAE Quitação de débitos

10h A comissão analisa mensagem com a programação monetária para o terceiro trimestre de 2011 e projeto que obriga o fornecimento de certidão anual de quitação de débitos.

CE Resultados do Enem

10h Debate sobre os resultados do Enem com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Nilene da Costa.

CMA Animais silvestres

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota, em turno suplementar, projeto que obriga a liberação de animais silvestres apreendidos.

CDR Ministro da CGU

14h O ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, debate sobre gastos públicos para a Copa e as Olimpíadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quarta-feira

Plenário Constituição

12h Sessão para discussão de emenda à Constituição da reforma política e dos precatórios. Às 14h, homenagem aos 23 anos da Constituição e do Amapá, Roraima e Tocantins.

CAS Incentivo ao trabalho

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos. Às 10h30, debate a situação dos agentes comunitários.

CCT Serviço ambiental

9h "Instrumentos econômicos e serviços ambientais – modelos, tecnologias e soluções" é o tema de audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia. O chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Celso Manzatto, é um dos convidados.

CCJ Competências do CNJ

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina proposta que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Às 14h30, audiência com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, sobre as competências do CNJ.

CMA/CRA/CCT Código

14h As comissões de Meio Ambiente, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia discutem a proposta de novo Código Florestal.

CMMC Efeito estufa

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debate dados atualizados sobre emissão de gases do efeito estufa e examina convite a pesquisador da Embrapa para prestar esclarecimento sobre o novo Código Florestal.

Quinta-feira

CI Peças de carro

9h A comissão examina projeto que obriga o fabricante de carro a inserir, no manual do veículo, relação com nome, marca e código de referência de suas principais peças.

Presidência Campanha

10h Por iniciativa da Presidência do Senado, lançamento da campanha nacional "Teste da orelhinha: rápido, não dói e gratuito".

Deficiência Drogas

11h A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência discute o relatório da comissão externa da Câmara que avalia os efeitos das políticas sobre drogas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite, às 14h, a sessão plenária. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo

pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cicero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Reportagem: Cintia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciado

Governo apresenta posição sobre Código Florestal nesta semana

As sugestões do governo federal para o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) deverão ser apresentadas nesta semana aos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), relator nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e Agricultura (CRA), e Jorge Viana (PT-AC), relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Também nesta semana os relatores poderão fechar um cronograma de votação, em acordo com os presidentes da CCT, CRA e CMA, Eduardo Braga (PMDB-AM), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), respectivamente.

O projeto precisa passar pelas três comissões antes de ser votado em Plenário. A expectativa é de que o Senado conclua a análise até o fim do ano. Como deve ser modificado, o texto precisará voltar à Câmara.

No momento, o projeto está na CCT, em fase de apresentação de emendas. Ainda não há

previsão de data para inclusão na pauta da comissão, uma vez que Luiz Henrique deverá analisar as demandas do governo e as emendas dos senadores antes de elaborar seu relatório.

Ele tem afirmado que busca elaborar voto em conjunto com Jorge Viana, para dar mais agilidade à votação no Senado. Com o mesmo propósito, os presidentes das comissões têm realizado audiências conjuntas para ouvir sugestões de especialistas e autoridades.

Na opinião de Eduardo Braga, os entendimentos estão caminhando "em nível cordial e elevado". Rodrigo Rollemberg aponta avanços no diálogo entre as comissões responsáveis pelo novo código.

– Se fecharmos um acordo, podemos votar o projeto na mesma semana – disse.

Um dos pontos de consenso é a inclusão de incentivos econômicos e financeiros para a manutenção e a recomposição de florestas.

Collor quer que Exército receba recursos do gás e do petróleo

Para reforço de ações de segurança nacional, o Exército pode contar com receitas da exploração de recursos naturais, como o petróleo e o gás natural. O dinheiro iria para o Fundo do Exército, segundo projeto (PLS 62/08) de Fernando Collor (PTB-AL).

A proposta recebeu voto favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), e será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã.

Pelo projeto, as alíquotas sobre as compensações financeiras pagas à União pela utilização econômica de riquezas naturais serão aumentadas e a diferença será repassada para o Fundo do Exército.

Sobre a exploração do petróleo e do gás natural, por exemplo, haverá aumento de 5% tanto na alíquota das participações especiais quanto sobre os royalties.

Na utilização de recursos hídricos para a geração de

energia elétrica, o texto prevê que a alíquota a título de compensação suba de 6,75% para 7%. Na exploração de recursos minerais, a alíquota subirá 0,5 ponto percentual.

A proposta, que chegou à CAE com parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), receberá decisão definitiva. Aprovada, poderá seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

Ao propor o projeto, Collor argumentou que o Exército não vem contando com recursos suficientes para cumprir suas atribuições.

O senador destacou que, das três Forças Armadas, o Exército é a única que só conta com recursos fiscais para fazer frente às suas obrigações, sem verbas extraorçamentárias (que não dependem de aprovação dentro do Orçamento de cada exercício). A Marinha, por exemplo, recebe royalties do petróleo e do gás natural.

Comissão discute dados sobre emissão de gases de efeito estufa

Os dados atualizados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas a respeito de emissão de gases de efeito estufa serão tema de audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas na quarta-feira.

A audiência ocupará a primeira parte da reunião e terá como convidados o professor Paulo Eduardo Artaxo Netto, da Universidade de São Paulo (USP); o professor Emilio La Rovere, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e a subsecretária de Economia Verde, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Suzana Khan.

Na segunda parte da reunião, a comissão analisa requerimento de audiência para dar esclarecimento sobre alterações, impactos e implicações decorrentes do novo Código Florestal (PLC 30/11). Serão convidados o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Evaristo Eduardo de Miranda e o professor da Universidade Federal de Alagoas Luiz Carlos Baldicero Molion. As solicitações são do deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), vice-presidente da comissão, presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR). O relator é o deputado Márcio Macêdo (PT-SE).

Se não houver acordo até esta quarta-feira, será votado o veto do governo à Emenda Ibsen, que estabelece divisão igualitária entre estados produtores e não produtores

Royalties do petróleo têm 21 projetos em urgência

ENTRARAM NA PAUTA do Plenário na quinta-feira, em regime de urgência, 21 projetos de lei que propõem novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo. Eles tramitam em conjunto e precisam ser analisados antes desta quarta-feira.

Nessa data, caso não tenha sido encontrada uma solução para o impasse entre União, estados produtores e não produtores, deverá ser votado o veto do governo à chamada Emenda Ibsen. Ela determina que as receitas dos royalties sejam distribuídas de acordo com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que não interessa aos estados produtores.

Entre os 21 projetos, os mais polêmicos são os que tratam especificamente dos critérios



Agência Petróbids

Bancadas se mobilizam para garantir maior parcela dos recursos para seus estados

de distribuição: PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI); PLC 16/10, do Executivo; e PLS 574/11, de Francisco Dornelles (PP-RJ). Os demais indicam, em geral, setores que devem receber os recursos (veja quadro).

Todas as propostas dependem de parecer das comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Assuntos Sociais, Educação, Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Infraestrutura.

Pauta em busca de acordo

- ▶ **PLS 598/11, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ)** Altera os valores para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas relativas ao pagamento de participações especiais, entre outros.
- ▶ **PLS 574/11, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ)** Royalties no regime de partilha serão pagos sobre montante correspondente a 20% da produção, assim distribuídos: 5,5% aos estados produtores; 3,3% aos municípios produtores; 1% aos municípios afetados por embarque e desembarque; e 10,2% para a União. Do montante da Marinha e para financiar programas de monitoramento em alto-mar. Outros 3% serão destinados a fundo para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Do restante, fica o rateio, em royalties e participações especiais: 50% para distribuição com critérios do FPE; 50% para distribuição com os critérios do FPM.
- ▶ **PLS 448/11, do senador Wellington Dias (PT-PI)** Distribuição dos royalties, pagos em montante de 15% sobre a produção, será feita assim: 40% para União; 30% para fundo a ser distribuído com os critérios do FPE; 30% para fundo a ser distribuído com os critérios do FPM.
- ▶ **PLS 138/11, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)** Estabelece percentual para destinação de recursos do Fundo Social à educação.
- ▶ **PLS 16/10, do Executivo** Royalties serão pagos em montante correspondente a 15% da produção. Nos contratos de partilha, 19% desse montante deverá ser destinados à União – para o Comando da Marinha e para financiar programas de monitoramento em alto-mar. Outros 3% serão destinados a fundo para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Do restante, fica o rateio, em royalties e participações especiais: 50% para distribuição com critérios do FPE; 50% para distribuição com os critérios do FPM.
- ▶ **PLS 256/09, do senador Lobão Filho (PMDB-MA)** Estabelece que royalties da União na camada pré-sal sejam destinados ao FPE.
- ▶ **PLS 458/08, da então senadora Serys Slhessarenko** Cria nova distribuição: 5% aos estados produtores; 10% aos municípios produtores; 10% à Marinha; 10% ao Ministério da Ciência e Tecnologia; 15% à Previdência; 20% à educação; 15% à saúde; 15% ao meio ambiente.
- ▶ **PLS 362/08, do senador Paulo Paim (PT-RS)** Royalties da União, pela exploração na camada pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à Previdência Social e ao Fundeb.
- ▶ **PLS 335/08, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ)** Royalties e participação especial da União serão destinados ao Fundeb.
- ▶ **PLS 279/08, da então senadora Ideli Salvatti** Entre outras medidas, cria normas de distribuição: 7,5% aos municípios afetados por embarque e desembarque; 7,5% aos estados produtores; 10% aos municípios produtores; 15% às Forças Armadas; 17,5% ao MEC; 17,5% à Previdência Social; 25% para Fundo Especial.
- ▶ **PLS 268/08, do então senador Tasso Jereissati** Cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica e estabelece nova distribuição entre os entes federativos.
- ▶ **PLS 224/08, do então senador João Pedro** Entre outras medidas, cria novas regras de distribuição dos royalties provenientes dos campos em terra ou no mar na camada anterior ao pré-sal (10% da produção) e abaixo do pré-sal (25%).
- ▶ **PLS 201/08, do então senador Augusto Botelho** Disciplina a aplicação dos recursos da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Prioritariamente para educação, saúde, infraestrutura e fundos de previdência.
- ▶ **PLS 189/08, do então senador Expedito Júnior** Destina recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.
- ▶ **PLS 116/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)** Estabelece que os royalties de estados e municípios serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.
- ▶ **PLS 104/08, do então senador Aloizio Mercadante** Prevê distribuição de parcela dos royalties para o custeio da Previdência Social.
- ▶ **PLS 29/08, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-DF)** Estabelece que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, seja aplicada em infraestrutura.
- ▶ **PLS 8/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)** Destina parcela dos royalties à conservação da Floresta Amazônica.
- ▶ **PLS 630/07, do senador Magno Malta (PR/ES)** Estabelece que os royalties serão aplicados, prioritariamente, em segurança pública.
- ▶ **PLS 629/07, do senador Magno Malta (PR/ES)** Entre outras medidas, altera a distribuição de receitas de compensações financeiras para direcioná-las a investimentos em infraestrutura de estados, DF e municípios.
- ▶ **PLS 166/07, do senador João Vicente Claudino (PTB-PI)** Determina, entre outras medidas, que empresas que produzem petróleo, xisto betuminoso e gás natural paguem compensações financeiras a estados, DF e municípios, de acordo com o FPE e o FPM.

Wellington Dias faz apelo para votação amanhã

Wellington Dias (PT-PI) divulgou uma carta aberta a governadores, prefeitos, parlamentares e entidades sociais pedindo mobilização para que o projeto PLS 448/11, que trata da distribuição dos royalties, seja votado amanhã. A carta também esclarece o acordo feito entre estados não produtores e o governo federal.

A intenção é evitar a apreciação do veto presidencial à Emenda Ibsen (artigo 64 da Lei

12.351/10, do pré-sal), marcada para quarta-feira. A emenda determinou a divisão dos royalties com base nos fundos de participação dos Estados e dos municípios.

De acordo com a carta, o relator Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentará substitutivo para que os estados produtores recebam em 2012 valor próximo ao de 2011: R\$ 12 bilhões, a União, R\$ 9 bilhões, e os demais estados e municípios, R\$ 8 bilhões.



Waldemir Boreatto/Senado Federal

Senador divulga carta aberta pedindo mobilização pela votação de projeto

CPI investiga vínculo do turismo sexual com tráfico humano

A relação entre turismo sexual e tráfico de pessoas será debatida amanhã pela CPI do Tráfico Internacional de Pessoas, que ouvirá José Lauro Rocha da Silva e os irmãos Admilson e Adilson Garcia da Silva, suspeitos de envolvimento em turismo sexual, corrupção de menores e favorecimento de prostituição no Amazonas. Denúncia apresentada pelo Ministério Público no início deste ano acusa o grupo de atuar no aliciamento de meninas menores de idade para oferecê-las a turistas.

Em julho, o jornal *The New York Times* noticiou que quatro indígenas brasileiras da cidade de Autazes (AM) estavam processando a empresa norte-americana de turismo Wet-A-Line Tours por danos morais. A empresa atuava no Amazonas em parceria com a Santana Ecofish Safari. A Polícia Federal constatou que a prostituição estava incluída nas vendas de pacotes turísticos para pesca esportiva. O caso chegou à CPI durante diligência dos senadores em Manaus no início de julho.

Comissão discute serviço militar obrigatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) prossegue hoje o ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira com audiência pública sobre o tema "O papel das Forças Armadas: missão constitucional e atividades operacionais; função social: serviço militar obrigatório ou voluntário".

Foram convidados o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; o consultor do Senado Joanival Brito Gonçalves; e o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) João Quartim de Moraes.

Segundo o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), um dos principais objetivos é "aprofundar o exame de grandes temas no âmbito da política externa do Brasil e da sua defesa nacional".

Projeto cria atividade de pai social, para atuar em casa-lar

Homens poderão passar a cuidar de crianças e adolescentes que estejam em situação de abandono ou de risco social, conforme projeto de lei da Câmara (PLS 98/09) que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, na quarta-feira, em decisão terminativa. A proposta cria e regulamenta a atividade de pai social. Além de exigir treinamento específico para a função, com duração de 60 dias, o texto determina que pais sociais tenham idade mínima de 25 anos; sanidade física e mental; ensino fundamental completo; boa conduta social; e aprovação nesse treinamento e em teste psicológico.

O pai social deverá se dedicar, exclusivamente, aos cuidados das crianças e dos adolescentes e à casa-lar, onde deverá residir. Seus direitos incluem, entre outros, piso de um salário mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas, assistência gratuita aos filhos de até cinco anos em creches e pré-escolas, licença-paternidade, seguro-desemprego e aposentadoria.

Modelo de arrecadação de direitos autorais sem consenso

Parte dos artistas que participaram de reunião da CPI do Ecad no Rio de Janeiro rejeitou o sistema atual. Outros apontaram que maior problema é a inadimplência

O ATUAL MODELO de arrecadação de direitos autorais foi criticado, na sexta-feira, no Rio de Janeiro, pela cantora e compositora Fernanda Abreu, em audiência pública da CPI que apura supostas irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), responsável pela atividade.

Ex-integrante do grupo Blitz e

coautora de sucessos como *Veneno da Lata* e *Garota Sangue Bom*, Fernanda Abreu apontou dificuldades no recebimento de direitos autorais e disse que o Ecad presta um serviço caro e ineficaz. A cantora também cobrou mais transparência e afirmou que o modelo de arrecadação relativo à edição atual do Rock in Rio não é eficiente.



Randolfe Rodrigues (5º à dir.) e Lindbergh Farias (6º à dir.), presidente e relator da CPI do Ecad, durante debate no Rio

Já o diretor Institucional do Ecad, Márcio do Val, afirmou que não se pode distribuir o que não se arrecada, e que o grande problema do setor é a inadimplência, uma vez que muitos não pagam o que é devido à instituição. O presidente da União Brasileira de Compositores (UBC), Fernando Brant, também defendeu o atual modelo

de gestão coletiva e disse que o Estado não deve interferir nessa questão. O cantor e compositor Nei Lopes, ainda em defesa do Ecad, reiterou que a inadimplência prejudica o órgão.

O Ecad precisa ter suas atividades reformuladas, opinaram Tim Rescala, diretor do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, e o cantor, compositor e músico

Dudu Falcão. Já o cantor, compositor e produtor João Roberto Kelly, autor das célebres marchinhas de carnaval *Cabeleira do Zezé* e *Mulata Bossa Nova*, defendeu o diálogo e a união profissional.

A CPI do Ecad é presidida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O relator é Lindbergh Farias (PT-RJ).

Procurador aponta indícios de sobrepreço em obras do Maracanã

Há indícios de superfaturamento nas obras de cobertura do Estádio do Maracanã, com valor estimado de R\$ 197 milhões, segundo o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Athayde Costa. Na quinta-feira, durante a quarta audiência do seminário Primeira Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014, realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ele afirmou que o estado do Rio de Janeiro e a União precisam justificar

os valores apresentados no projeto ou rever a estimativa de custo e renegociar.

Athayde Costa, que coordena no MPF um grupo de trabalho sobre a Copa, disse que estádios similares, com o mesmo tipo de fornecedor, custaram R\$ 47 milhões na Ucrânia e na Polônia.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também constatou sobrepreço em editais de obras em alguns estados, disse o secretário-adjunto de

Planejamento e Procedimentos, Marcelo da Eira. Mas a atuação do TCU, disse, resultou em economia de recursos públicos: esses editais já foram corrigidos, com eliminação do superfaturamento, e algumas das obras já foram contratadas. O TCU fornece informações sobre as obras em www.redecontrole.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014. As despesas do governo federal também são apresentadas nos portais da Copa (www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014) e Olimpíadas (www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016), informou o secretário federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Agapito.

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com a Lei da Copa (Lei 12.462/11), que institui o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Por esse instrumento, em caso de urgência, as regras de licitação para obras podem ser flexibilizadas.

Jorge Hage fala de transparência do gasto público

A subcomissão temporária que trata dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 realiza amanhã audiência pública com a participação do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, e de Marcelo Souza da Eira, representando o Tribunal de Contas da União (TCU).

Eles debaterão a transparência nos gastos públicos na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos.

Outros temas incluídos no ciclo de debates promovido pela subcomissão, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, são a sustentabilidade do evento, as políticas de acessibilidade, a qualificação empresarial e profissional e os impactos do evento sobre a tecnologia da informação.



Obras no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, principal palco da Copa de 2014: cobertura estimada em R\$ 197 milhões tem indícios de superfaturamento